

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Diretoria

COPERGÁS: 25 ANOS DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS NATURAL EM PERNAMBUCO

O ano de 2017 trouxe grandes conquistas para a Companhia Pernambucana de Gás. Ao completar 25 anos de existência, a Copergás também comemorou resultados que consolidam a distribuição e evolução no mercado do gás natural no estado de Pernambuco e fechou o período com posição de destaque no cenário energético, sendo a maior concessionária fora do eixo Rio-São Paulo em movimentação de gás e também sendo a única entre as CDL's - Companhia Distribuidoras Locais do País, desde o ano de 2012, a ter a triplice certificação (ISO 9001, 14.001 e OHSAS 18.001), renovada em 2017. Mesmo diante das adversidades macroeconômicas, os números mostraram o crescimento da companhia, que bateu recorde no faturamento, representado por R\$ 1,2 bilhão e o lucro líquido de 24% acima do ano anterior. Foram R\$ 88 milhões de lucro líquido e um aumento de 6% em receita operacional. A movimentação de gás natural cresceu 7% em relação ao exercício anterior, representada pelo volume de 4.807.689 m³/dia. Com uma rede de gasodutos de 754 km, a Copergás atende a 28 dos 185 municípios do estado de Pernambuco. Quando comparada ao ano de 2016, a rede foi ampliada em 54 km, o que corresponde a 7,7%. O Orçamento Base Zero - OBZ permitiu a alocação de recursos de forma eficiente e adequada permitindo com que a realização orçamentária dos custos e despesas operacionais variasse apenas 0,5% acima do previsto. Em 2017, Pernambuco se destacou no Norte-Nordeste na distribuição do Gás Natural Veicular - GNV tendo alcançado um volume recorde de 218 mil m³/dia em dezembro daquele ano. O uso do GNV no estado promoveu uma economia média de 53% e 58% quando comparados a gasolina e ao etanol, respectivamente. Dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - Abegás, na comparação entre 2016 e 2017, apontam que houve um aumento de 45% no número de adaptações de veículos no país enquanto que em Pernambuco, este número atingiu a marca de 55%. Em 2017, o Segmento Industrial pernambucano consumiu uma média superior a 1 (um) milhão de m³/dia de gás natural, representado por 91 empreendimentos de diversos dos setores. Os segmentos residencial e comercial também contabilizaram forte expansão, com o início da implantação do projeto Bolsão Zona Norte do Recife formado pelos bairros: Torre, Madalena, Ilha do Retiro, Afritos, Espinheiro, Derby, Encruzilhada, Graças, Rosarinho e Tamarineira. Na Região Metropolitana do Recife, já são mais de 30 mil consumidores residenciais e 357 no segmento comercial. A marca da Copergás também já está associada, por meio de sua Política de Patrocínios, aos eventos musicais, esportivos e culturais de Pernambuco. Além da visibilidade, a empresa proporciona o desenvolvimento dos projetos locais, dentre eles, o Programa Mãe Coruja, Comunidade Obra de Maria, Aldeias Infantis SOS Brasil, Sopa Amiga, Escolinha de Futebol Ricardo Rocha, Casa Cor, RecBeat, Abril Pro Rock, Programa Ganhe o Mundo e Cine PE. Com foco em sua missão, visão e valores, a companhia desempenha ações que priorizam atender necessidades e satisfazer às expectativas de seus clientes. Nesse sentido tem disponibilizado os recursos materiais, por meio de investimentos financeiros e humanos, que beneficiam a sociedade e, especificamente, comunidades que possuem ligação direta com suas ações.

Companhia Pernambucana de Gás -

1. PERFIL DA EMPRESA

A Companhia Pernambucana de Gás - Copergás é uma empresa de economia mista com capital fechado, composto pelo Governo do Estado de Pernambuco, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Fundada em setembro de 1992, é responsável pela distribuição de gás natural canalizado no estado de Pernambuco desde junho de 1994. **Contrato de concessão:** Vigência: Novembro, 1992 a Novembro, 2042. Área de distribuição: Todo o Estado de Pernambuco

2. NOSSA IDENTIDADE

Missão	Visão	Valores
Distribuir o gás natural em todo o Estado de Pernambuco com Sustentabilidade e foco na Excelência da Gestão, visando superar as expectativas dos Clientes, Colaboradores, Fornecedores, Acionistas e Sociedade.	Ser uma das três maiores distribuidoras do País em volume de gás natural movimentado ao Excelência da Gestão, visando superar as expectativas dos Clientes, Colaboradores, Fornecedores, Acionistas e Sociedade.	-Valorização das Pessoas -Segurança Operacional -Responsabilidade Social e Ambiental -Qualidade no atendimento ao Cliente -Melhoria Contínua - Gestão Transparente e Participativa -Ética no relacionamento -Criatividade e Inovação -Comprometimento com os Resultados.

3. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Acionista	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
ESTADO DE PERNAMBUCO	51,0%	0,0%	17,0%
PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO	24,5%	50,0%	41,5%
MITSUIGAS E ENERGIA DO BRASIL LTDA	24,5%	50,0%	41,5%

4. GOVERNANÇA

Instância	Membro	Representante do acionista
Conselho de Administração	Thiago Arraes de Alencar Norões - até 13/01/2017	Estado de Pernambuco
	Pedro Arraes de Alencar - a partir de 14/01/2017	
	José Jorge Vasconcelos Lima (Presidente) - a partir de 02/03/2017	
	João Bosco de Almeida	
Conselho Fiscal	Décio José Padilha da Cruz	Estado de Pernambuco
	Djalma Roque de Amorim Júnior	
	Raimundo Barreto Bastos (Vice-presidente)	
	Renato Xavier Thiebaut (Presidente)	
	Marcos Batista Andrade - até 12/04/2017	
Diretoria Executiva	Angelo Gioia - a partir de 13/04/2017 até 13/07/2017	Estado de Pernambuco
	Sileno Guedes - a partir de 14/07/2017	
	Danielle de Belli Claudino	
	Bruno do Prado Castilho	
	Angela Maria Almeida Fernandes	
Diretoria Executiva	Décio José Padilha da Cruz (Diretor-Presidente) - até 07/05/2017	Estado de Pernambuco
	Roberto Carlos Moreira Fontelles - a partir de 08/05/2017	
	Jailson José Galvão (Diretor Técnico-Comercial)	
	Rafael Antonio Bettini Gomes (Diretor Administrativo-Financeiro) - até 22/03/2017	
Diretoria Executiva	Luciano Couto Rosa Guimarães - (Diretor Administrativo-Financeiro) a partir de 23/03/2017	Mitsui Gás

5. ASPECTOS CORPORATIVOS

Ações desenvolvidas ao longo de 2017 ajudaram a Copergás em seu desempenho durante o ano. Iniciativas administrativas ou diretamente atreladas ao mercado de gás natural contribuíram para o reconhecimento social da empresa, por suas atividades como relacionadas a seguir: - A Copergás alcançou um faturamento de R\$ 1,2 bilhão; - Continuidade das obras de expansão do segmento residencial comercial na Zona Norte do Recife; - A Copergás atingiu a marca de 30.554 consumidores residenciais; - A rede de distribuição da Copergás alcançou 754 km de extensão.

6. AMBIENTE REGULATÓRIO

Em Pernambuco a atividade de distribuição de gás canalizado - área de concessão da Copergás - é regulada pela Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE), que tem a função de cumprir e fazer cumprir o contrato de concessão e gerir os demais documentos referentes à regulação da atividade de distribuição de gás canalizado no Estado. Além disso, ela é responsável por intermediar a relação entre o poder concedente, a concessionária de serviço público e os usuários. Em 2017 a COPERGÁS obteve autorização da ARPE para reajuste de sua Margem Operacional Média Bruta em 4,41%, exceto para os segmentos residencial e comercial, com vigência a partir de 06 de maio de 2017.

7. ASPECTOS MERCADOLÓGICOS

Presente em 28 municípios, a Copergás superou a marca de 31 mil usuários e o consumo médio de 1,3 milhão de m³/dia de gás natural no mercado não termelétrico, o que representa o crescimento de 22% no número de clientes e mais 4,4%, em relação ao volume de vendas médias de 2016.

Tabela 1 - Histórico do volume m³/dia.

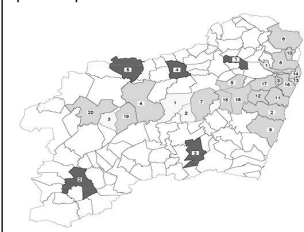
Segmento	2015		2016		2017	
	Volume, m³/dia	Variação %	Volume, m³/dia	Variação %	Volume, m³/dia	Variação %
Industrial	1.012.053	0,94%	1.021.577	2,68%	1.048.964	2,68%
Veicular	156.509	6,03%	165.950	13,35%	188.108	13,35%
Residencial/Comercial	15.175	-4,55%	14.484	16,47%	16.870	16,47%
Cogeração	47.696	-7,28%	44.224	5,40%	46.610	5,40%
Total não-termelétrico	1.231.434	1,20%	1.246.235	4,36%	1.300.552	4,36%
Termelétrico	1.645.207	23,41%	2.030.284	-1,68%	1.996.113	-1,68%
Autoprodutor	79.952	2280,54%	1.903.293	-20,61%	1.511.024	-20,61%
Total	2.956.593	75,20%	5.179.812	-7,18%	4.807.689	-7,18%

Tabela 2 - Histórico do número de usuários (UC)

Segmento	2015		2016		2017	
	Usuários, UC	Variação %	Usuários, UC	Variação %	Usuários, UC	Variação %
Industrial	93	-3,23%	90	1,11%	91	1,11%
Veicular	71	-2,82%	69	-	69	-
Residencial/Comercial	20.280	25,06%	25.362	21,88%	30.911	21,88%
Cogeração	1	-	1	100,00%	2	100,00%
Termelétrico	1	-	1	-	1	-
Autoprodutor	1	-	1	-	1	-
Total	20.447	24,83%	25.524	21,75%	31.075	21,75%

Segmento Automotivo

A Copergás se faz presente na distribuição de gás automotivo em 28 municípios, conforme quadro apresentado abaixo:



GAZODUTO COM CLIENTE	GNC	GAZODUTO SEM CLIENTE
1. ABEUÍ E LIMA	1. CARPINÁ	1. BEZENOS
2. CABÓ	2. GARANHUNO	2. SAMPÉ
3. CAMARAGIBE	3. PALMARES	3. TACARIBÓ
4. CARUARU	4. SURUBIM	
5. GURUPIÁ	5. TAGUAREMUNDO DO NORTE	
6. GURUPIÁ		
7. GRAVATÁ		
8. IGARARU		
9. IPIRANGA		
10. ITAPICIMA		
11. JARARU		
12. JARARU DOS GUARAPES		
13. JARARU		
14. JARARU		
15. JARARU		
16. JARARU		
17. JARARU		
18. JARARU		
19. JARARU		
20. JARARU		
21. JARARU		
22. JARARU		
23. JARARU		
24. JARARU		
25. JARARU		
26. JARARU		
27. JARARU		
28. JARARU		

FROTA GNV - 2016: 43.690

FROTA GNV - 2017: 46.169

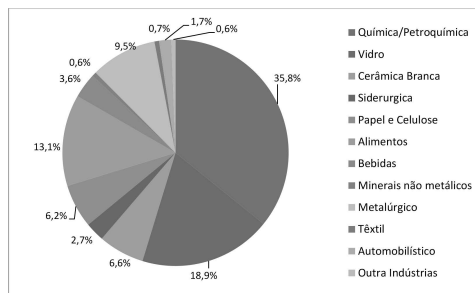
Fonte: DETRAN-PE

Posição até o dia 15/01/2018

Em 2017, o gás automotivo atingiu a média de 188 mil m³/dia, dos quais 171 mil correspondem à distribuição através da rede de gasodutos e 17 mil por meio de carretas, na forma de Gás Natural Comprimido (GNC).

Segmento Industrial

Um dos principais mercados consumidores da Copergás e representativo para a economia estadual, o setor industrial foi responsável por um aumento no consumo de gás natural, em 2017, da ordem de 5,35% comparado ao ano de 2016, conforme especificado na tabela 1. Neste segmento, a participação dos setores atendidos está demonstrada como a seguir:



Segmento Residencial e Comercial

A perspectiva de crescimento em clientes residenciais e comerciais da Companhia Pernambucana de Gás é de quase 50% da sua carteira atual, a partir da conclusão dos gasodutos na Zona Norte do Recife, até o final de 2018. Finalizando 2017 com mais de 30 mil consumidores residenciais e 370 no segmento comercial, a empresa projeta, em capacidade de atendimento a 17 mil novos clientes, que poderão ser contemplados com o conforto e a segurança do gás natural canalizado. O Bolsão Zona Norte, com investimento de R\$ 28 milhões, é composto por três etapas, que totalizarão 77,5 km de extensão, em 20 bairros do Grande Recife. Terminadas as obras do Bolsão Zona Norte 01 - Madalena e Torre, em 2016, a distribuidora de gás pernambucana concluiu em 2017, o Bolsão Zona Norte 02, que atravessa os bairros dos Afritos, Derby, Encruzilhada, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Rosarinho e Tamarineira. O Zona Norte 03 com início previsto para abril de 2018, contemplará os bairros de Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Monteiro, Parnamirim, Poço da Panela, e Santana.

O volume de gás natural nos segmentos residenciais e comerciais da Copergás, ao final de 2017, foi de 17,2mil m³/dia, com a conclusão do Bolsão Zona Norte, existe um potencial de incremento de 10 mil m³/dia. É a modernidade chegando através dos gasodutos. A Copergás está sempre em busca de processos inovadores, sistemas mais modernos e tecnologia de ponta, e a mudança para o gás natural é condizente com esses objetivos. Além de toda economia, segurança e comodidade, o gás natural proporciona uma considerável economia de espaço. Por isso, a Companhia expandiu significativamente o número de consumidores residenciais e comerciais, conforme demonstrado na tabela 2. A Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) atende atualmente a 34 bairros das cidades de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Vitória de Santo Antão, Paulista, São Lourenço da Mata e Camaragibe, que são:

Recife	Jaboatão dos Guararapes	Cabo de Santo Agostinho
Afogados; Apipucos; Boa Viagem; Caxangá; Cidade Universitária; Curado; Imbiribeira; Iputinga; Paissandu; Pina; Santo Amaro; Setúbal; Madalena; Ilha do Retiro; Torre; Afritos; Derby; Encruzilhada; Espinheiro; Graças; Jaqueira; Rosarinho; Tamarineira;	Piedade; Candeias; Barra de Jangada; Jardim Jordão	Paiva; Mauriti.
Vitória de Santo Antão	Paulista	São Lourenço da Mata
Redenção.	Centro; Maranguape I	Muribara.
Camaragibe		
Alberto Maia		

8. ASPECTOS FINANCEIROS

A Copergás registrou aumento de 6% da receita operacional líquida em 2017, em comparação ao exercício anterior. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 88.221.748,81 e 33% acima do orçado.

INDICADORES ECONÔMICOS (R\$ 1.000)	2015		2016		2017	
	\$	Variação %	\$	Variação %	\$	Variação %
Receita Operacional Líquida	819.315	9,92%	900.605	6,10%	955.518	6,10%
Resultado Líquido	50.733	39,90%	70.974	24,30%	88.222	24,30%
Investimentos	51.504	-22,88%	39.722	-40,19%	23.756	-40,19%
Despesas Operacionais	51.978	22,84%	63.849	-3,96%	61.322	-3,96%
Patrimônio Líquido	231.415	19,04%	275.477	-1,65%	270.933	-1,65%

9. CAPITAL HUMANO 2017

Tendo por princípio o reconhecimento e valorização de seus colaboradores, a Copergás dinamizou programas de capacitação e aperfeiçoamento conforme as necessidades, estratégias e metas de Recursos Humanos. Dessa forma, a Companhia reforça a participação de cada colaborador e sua interação na evolução do mercado de gás natural em Pernambuco. Só em 2017, a empresa investiu uma média de 27h de treinamento por colaborador, para o aprimoramento das aptidões e conhecimentos, por meio de cursos de especialização, pós-graduação, de idiomas, participação em seminários, palestras e treinamentos variados. Tais medidas aprimoram o crescimento profissional, o comprometimento e a motivação dos colaboradores no desempenho de suas funções diárias. A Copergás por meio dos Programas de Participação nos Resultados e Participação nos Lucros prevê a distribuição entre os colaboradores do quadro próprio e diretores o montante de R\$ 1,9 milhão após a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

10. CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Entre os valores adotados pela Copergás, a Responsabilidade Social e Ambiental figuram como princípios fundamentais que, alinhados à segurança operacional, são imprescindíveis às atividades que integram a distribuição de gás natural. A partir da adoção desses valores, a Copergás interage com a sociedade oferecendo informações sobre suas operações, segurança e benefícios do gás natural, além de apoiar programas sociais e patrocinar iniciativas voltadas a esportes e cultura.

Voluntariado Social

Priorizar ações comprometidas com a responsabilidade social e sustentabilidade, com atitudes em prol do desenvolvimento de comunidades ou organizações. Esta é uma das formas de estímulo empregadas pela Copergás para ações voluntárias de seus colaboradores, como as que foram desenvolvidas em 2017 e relacionadas a seguir:

- Arrecadação mensal de livros didáticos e paradidáticos, roupas, equipamentos de informática e aparelhos eletrônicos à organização Trapeiros de Emaús. As doações são destinadas, após recuperação (se precisar) à venda, que tem os recursos adquiridos voltados para manutenção da instituição e suas atividades sociais;
- Contribuição à creche Sant'Ana, localizada no bairro da Imbiribeira, com a doação de materiais de limpeza e recursos para aquisição de alimentos;
- Doação de resíduos recicláveis, por meio da campanha Terracicle. Em 2017, a equipe Copergás conquistou o 4º lugar no Programa de Reciclagem, do Terracicle Brasil, no concurso Faxina nos Armários.
- Ações de conscientização ambiental, como competições educativas, durante a Semana do Meio Ambiente, oferecendo conhecimento a respeito dos cuidados com o meio ambiente.

Certificação do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI)

A Copergás manteve a certificação nas normas ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001 - Sistema de Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho conferida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, após auditoria realizada no segundo semestre de 2017.

Patrocínios

Em 2017, a Copergás reforçou a sua interação com a sociedade dando ênfase a projetos que valorizam as artes, a cultura, a ciência e os esportes, por meio de patrocínios, que ressaltam as tradições e a cultura regional. Neste contexto estão incluídos espetáculos teatrais, festivais, filmes, produção DVD, debates e exposições que contribuíram para valorizar o calendário estadual de eventos. A gravação do DVD de Getúlio Cavalcanti, um dos mais destacados compositores de frevo canção, ritmo que confere autenticidade ao tradicional Carnaval Pernambucano, ganhou selo de patrocínio Copergás. Ainda nesta festa, a companhia contribuiu com Festival RecBeat, que reuniu artistas consagrados e novidades da música alternativa do estado. Na arte cinematográfica, a Copergás participou da realização do Cine PE - Festival do Audiovisual, um dos mais respeitados do Brasil, pela qualidade da mostra. Nos palcos pernambucanos, nossa marca esteve presente em espetáculos, como "O Delator" de Bertold Brecht, "O Súplicio de Frei Caneca" e "De João para João". Na dança, o destaque para "Cão Sem Plumas", da Cia de Dança Deborah Colker, e nos esportes, a Copergás executou dois patrocínios com foco na formação esportiva de crianças e jovens: a Escolinha de Futebol Ricardo Rocha e a Escolinha de Vôlei de Praia "Sacando Juntos com Lula do Vôlei". Outro projeto de impacto social se deu através da parceria estabelecida entre a Copergás e a Secretaria Estadual de Educação, em favor do Programa Ganhe o Mundo (PGM), no qual a companhia é responsável pela doação de malas de viagens para os estudantes da rede pública pernambucana que viajam para diversos países em intercâmbio.

11. RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Devidamente homologado pelo Conselho de Administração, em atendimento às disposições estatutárias, a Copergás contratou a KPMG Auditores Independentes, que ficou responsável pelos trabalhos de auditoria de suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

12. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA 2018-2022

Com a ampliação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN), a Copergás prevê ultrapassar a marca de 71mil usuários do gás natural, fornecendo um volume de 1,4 milhão m³/dia até o final de 2022 no segmento não termelétrico. No quinquênio 2018-2022, a Companhia prevê investir R\$ 227,89 milhões, como demonstrados no seguinte quadro:

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Investimento R\$ mil	39.353	48.130	43.273	46.466	50.670	227.892

Recife, 07 de março de 2018

Roberto Carlos Moreira Fontelles Diretor Presidente	Luciano Couto Rosa Guimarães Diretor Administrativo-Financeiro
José Waldir Ferrari Diretor Técnico-Comercial	

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016							
ATIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Equivalente de Caixa	4	70.278.661	77.417.407	Empréstimos e Financiamentos	13	4.866.317	4.866.317
Contas de Custódia	4	282.752	282.752	Fornecedores	11	92.004.815	97.935.512
Contas a Receber de Clientes	5	116.846.684	93.103.659	Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar		4.854.118	4.342.366
Estoques		2.426.008	1.891.576	Tributos a pagar	6.2	9.256.575	10.658.500
Tributos a Recuperar	6.1	9.182.416	20.598.686	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	11.2	3.666.627	-
Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás	7	-	201.590	Débitos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás	7	35.105.396	26.416.761
Outros Ativos		2.741.442	1.816.079	Outros Passivos		6.359.373	1.425.292
Total do Ativo Circulante		201.757.963	195.311.749	Total do Passivo Circulante		156.113.221	145.644.748
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Contas a Receber de Clientes	5	57.342.118	57.342.118	Empréstimos e Financiamento	13	8.516.055	13.382.373
Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás	7	32.855.730	28.925.961	Valores em Controvérsia - Contrato Termopernambuco	20	57.669.306	57.669.306
Depósitos Judiciais	8	11.771.636	11.210.586	Participação Financeira de Clientes	14	9.654.134	11.247.791
Outros Ativos		1.368.919	1.211.447	Outros Passivos		-	340.642
Total do Realizável a Longo Prazo		103.338.403	98.690.112	Total do Passivo Não Circulante		75.839.495	82.640.112
INTANGÍVEL							
Total do Ativo Não Circulante	9	197.789.176	209.759.561	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Total do Ativo		301.127.579	308.449.673	Capital Social	11.1	152.391.670	142.208.609
		502.885.542	503.761.422	Reserva de Lucros		66.415.821	92.606.127
				Dividendos Adicionais Propostos	11.2	52.125.335	40.661.826
				Total do Patrimônio Líquido		270.932.826	275.476.562
				TOTAL DO PASSIVO		502.885.542	503.761.422

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016							
Reserva de Lucros							
	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	136.232.531	5.976.060	24.836.085	54.038.237	10.331.617	-	231.414.530
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados					(10.331.617)		(10.331.617)
Aumento de capital social conforme 88ª AGE de 20/12/2016	5.976.078	(5.976.078)					
Lucro líquido do exercício						70.974.867	70.974.867
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal			3.548.744			(3.548.744)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	10.183.079					(10.183.079)	
Dividendos adicionais propostos					40.661.826	(40.661.826)	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio						(16.581.218)	
Em 31 de dezembro de 2016	142.208.609	10.183.061	28.384.829	54.038.237	40.661.826	-	275.476.562
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados					(40.661.826)		(40.661.826)
Aumento de capital social conforme 95ª AGE de 14/12/2017	10.183.061	(10.183.061)					
Distribuição de reserva de lucros conforme AGE 96ª de 14/12/2017				(32.000.000)			(32.000.000)
Lucro líquido do exercício						88.221.749	88.221.749
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal			2.093.505			(2.093.505)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	13.899.250					(13.899.250)	
Dividendos adicionais propostos					52.125.335	(52.125.335)	
Dividendos mínimos obrigatórios						(3.666.627)	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio						(16.437.032)	
Em 31 de dezembro de 2017	152.391.670	13.899.250	30.478.334	22.038.237	52.125.335	-	270.932.826

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016							
ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2017	2016	Impostos e contribuições	19.330.481	19.808.896	
Lucro líquido do exercício	88.221.749	70.974.867		Participações nos lucros	(1.913.898)	(969.958)	
Despesas que não afetam o caixa:				Participação Financeira de Clientes	(1.593.657)	-	
Amortizações	9	33.582.077	27.539.011	Outros passivos operacionais	13.003.850	21.413.896	
Valor residual de intangível baixado	9	-	505.073	Caixa gerado nas atividades operacionais	22.896.079	25.336.678	
Provisão (reversão) p/ riscos tribut., cíveis e trabalhistas		755.468	117.843	Pagamento de Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.728.637)	(455.160)	
Atualização monetária de depósitos judiciais	8	(561.051)	(969.798)	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(20.732.406)	(18.421.429)	
Juros provisionados e não pagos	13	1.728.637	455.160	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(22.461.043)	(18.876.589)	
Atualização (líquida) de Take or Pay		(2.941.443)	-	Total das atividades operacionais	110.583.054	109.662.292	
Provisão para participação nos lucros	21	1.965.067	1.913.898	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		122.750.504	100.536.054	Aplicações no Ativo Intangível	9	(23.756.625)	(38.245.368)
Variação no ativo				Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		(23.756.625)	(38.245.368)
Contas a receber de clientes		(23.743.025)	15.973.700	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Estoques		(534.432)	443.923	Juros sobre o capital próprio pagos		(16.437.032)	(14.516.857)
Tributos a recuperar		11.967.545	(140.161)	Dividendos Pagos		(72.661.826)	(23.791.128)
Movimentação de depósitos		-	3.926.492	Empréstimos e Financiamentos obtidos		-	19.465.270
Outros ativos operacionais	7	(292.574)	(17.537.805)	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos		(4.866.317)	(1.216.579)
		(12.602.486)	2.666.149	Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(93.965.175)	(20.059.294)
Variação no passivo				TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA			
Fornecedores		(5.930.697)	(14.916.156)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		77.417.407	26.059.777
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		70.278.661	77.417.407
				VARIAÇÃO NO CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.138.746)	51.357.630

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016					
1 CONTEXTO OPERACIONAL - OBJETO SOCIAL - A Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS ("Companhia") tem como atividades preponderantes a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás. Constituída em 17 de setembro de 1992, a Companhia é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual no 10.656, de 28 de setembro de 1991. A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo Estado de Pernambuco, conforme contrato de concessão de 5 de novembro de 1992. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 533, Imbiribeira, Recife/PE.					
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei N° 6.404/76, e as alterações trazidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09 e normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas através das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 7 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.					
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.					
2.3 Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis não têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são:					
Nota 5 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber: Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.					
Nota 9 - Amortização dos bens do ativo intangível: Taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período, segundo o contrato de concessão.					
Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas chave para determinar o valor e probabilidade da saída de recursos.					
2.4 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma.					
3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. (a) Caixa e equivalente de caixa - Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente e aplicação financeiras de alta liquidez, de curto prazo, resgatáveis com insignificante risco de mudança de valor, que são registradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço e não superam o valor de mercado. (b) Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento - A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.					
A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.					
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultanea-					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA - VENDAS DE GÁS E SERVIÇOS	15	955.518.748	900.602.672
Receita de Construção	17.5	37.756.625	37.740.295
		979.275.373	938.342.967
CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS	16	(811.778.958)	(773.944.250)
Custo de Construção	17.5	(23.756.625)	(37.740.295)
		(835.535.583)	(811.684.545)
LUCRO BRUTO		143.739.790	126.658.422
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Comerciais	17.1	(11.506.652)	(9.366.125)
Despesas Gerais e Administrativas	17.2	(36.703.574)	(40.468.030)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17.3	1.794.237	(2.110.773)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		97.323.801	74.713.494
Receitas Financeiras	17.4	9.265.482	9.197.862
Despesas Financeiras	17.4	(3.010.082)	(1.070.825)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO		103.579.201	82.840.531
Imposto de Renda	6.3	(21.279.313)	(16.017.420)
Incentivo Fiscal SUDENE	6.3	13.899.250	10.183.079
Contribuição Social	6.3	(7.977.389)	(6.031.323)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		88.221.749	70.974.867
RESULTADO POR AÇÃO - Em reais		0,78	0,67
Básico e diluído	11.2		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.2	88.221.749	70.974.867
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		88.221.749	70.974.867

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Nota	2017	2016
Receitas			
Receita com a distribuição de gás canalizado e outras	15	1.191.960.972	1.132.853.775
Outras receitas		55.241.803	24.111.133
		1.247.202.775	1.156.964.908

(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de industrialização do gás		(975.647.949)	(889.280.237)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operac.		(25.649.579)	(22.820.360)
		(1.001.297.528)	(912.100.597)

(=) Valor Adicionado Bruto		245.905.247	244.864.311
(-) Retenções			
Amortização	9	(33.582.077)	(27.539.011)
		(33.582.077)	(27.539.011)

(=) Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade		212.323.170	217.325.300
(+) Valor Adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17.4	9.265.483	9.197.862
		9.265.483	9.197.862

(-) Valor Adicionado total a distribuir		221.588.653	226.523.162
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			

Pessoal:			
Remuneração direta		24.517.929	22.809.067
Benefícios		6.488.435	3.960.088
FGTS		1.223.927	1.038.353
		32.230.291	27.807.508

Tributos:			
Federais		36.076.501	31.240.927
Estaduais		56.683.478	81.692.284
Municipais		789.103	802.428
Outros		4.577.449	12.934.324
		98.126.531	126.669.963

Financiadores:			
Juros e despesas financeiras		3.010.082	1.070.825
		3.010.082	1.070.825

Acionistas:			
Juros sobre o capital próprio		16.437.032	16.581.218
Dividendos			

tribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(f) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(f) Receita - (f) Receita de venda de gás** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de gás é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, quando for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e quando o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. O momento da transferência dos riscos e benefícios na venda de gás é mensurado de acordo com o consumo do gás pelo cliente. A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia tem como política, o reconhecimento da receita quando todos os critérios previstos na IAS 18 forem atendidos: - A Companhia transferiu para o cliente os riscos significativos e os direitos de propriedade do item; - A Companhia não mantém envolvimento gerencial, tão pouco, controle efetivo sobre o item vendido; - O montante da receita pode ser mensurado com confiabilidade; - É provável que o benefício econômico associado a transação flua para a Companhia; e - Os custos incorridos e a incorrer sobre a transação podem ser mensurados com confiabilidade. **(ii) Receita de serviços** - A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos. As receitas de serviços representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação do serviço no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável. **(iii) Contratos de construção - Receitas e custos** - As receitas e custos de construção, cuja evidênciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC01, foram reconhecidos conforme CPC30 - Receitas, que orienta o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização. A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes.

Por isso, é obrigatória a evidênciação das receitas e dos custos de construção. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes vencedores para realização das obras.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 17.5. **(iv) Receitas financeiras e despesas financeiras** - A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras abrangem receitas com aplicações financeiras, juros ativos e multas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável da concessão são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **(g) Benefícios a empregados - (f) Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações por contribuições de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Planos de contribuição definida** - As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

(h) Demonstrações de valor adicionado - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP e está sendo divulgada como informação financeira suplementar. **(i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores. - Modificações à IAS 7 (CPC 03) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento; - Modificação à IAS 12 (CPC 32) - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas; As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017: - IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (a); - IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (a); - IFRS 16 - Arrendamento mercantil (b); (a) 1º de janeiro de 2018.

(b) 1º de janeiro de 2019. **(i) CPC 48 Instrumentos Financeiros - IFRS 9** - A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. Classificação - Ativos financeiros - A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais - A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: i. Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e ii. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com os resultados obtidos até o momento, a Companhia considera que seus ativos financeiros não devem sofrer variações relevantes, nem mesmo redução do valor recuperável, para fins de registro. **(ii) CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes** O CPC 47 (IFRS 15) estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (R1) (IAS 11) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018.

O princípio fundamental do CPC 47 (IFRS 15) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita: - Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente; - Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato; - Passo 3: Determinar o preço da transação; - Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; - Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece

a receita quando (ou se) a obrigação de realizar por cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Neste sentido, a COPERGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes: - Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.5. - Venda de gás canalizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 15; - Serviço de utilização do sistema de distribuição de gás, conforme divulgado na nota explicativa nº 15; Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente.

A transferência do controle ocorre no momento da construção, a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidênciação das receitas e dos custos de construção. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Os administradores da COPERGÁS também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima e entendem que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, os quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita da COPERGÁS, a administração da entidade não espera que a aplicação do CPC 47 (IFRS 15) tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia. **(iii) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)** - A IFRS 16 introduz um modelo de contabilidade único e em balanço no arrendamento para arrendatários. Um locatário reconhece um direito de uso que representa o direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilização do locador permanece semelhante ao padrão atual - ou seja, os locadores continuam a classificar os arrendamentos como arrendamentos mercantis ou financeiros. Atualmente, a Companhia não possui acordos de arrendamento significativos, logo considera que não haverá impactos materiais.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CONTA DE CUSTÓDIA

A composição do Caixa e seus equivalentes, apresentadas no Ativo Circulante, são:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	8.882.964	12.209.571
Aplicações financeiras (a)	61.395.697	65.207.836
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	70.278.661	77.417.407
Conta de Custódia (b)	282.752	282.752
Total de Caixa e Equivalente de Caixa e conta de custódia	70.561.413	77.700.159

(a) As aplicações financeiras são realizadas observando a Norma Interna de Investimentos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração, que prevê a aplicação em CDB's (Certificado de Depósito Bancário) referenciados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em 31/12/2017 essas aplicações financeiras estão sendo rentabilizadas dentre 100,0% a 102,0% do CDI (mesma remuneração em 2016) e são efetivamente usadas no dia a dia das atividades da Companhia.

(b) Valores retidos em conta corrente do Banco do Brasil, que originalmente foram depositados pela TERMOPERNAMBUCO S.A., para pagamentos de faturas à Companhia com constituição de controvérsia

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
TERMOPERNAMBUCO S.A. (a)	122.933.546	118.952.829
Clientes do segmento industrial	27.603.604	24.289.616
Clientes do segmento veicular	4.330.439	2.962.522
Clientes do segmento Autoprodutor	15.305.810	1.896.853
Outros	4.961.525	3.290.079
Total de contas a receber	175.134.924	151.391.899
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(946.122)	(946.122)
	174.188.802	150.445.777

Circulante	116.846.684	93.103.659
Não Circulante (a)	57.342.118	57.342.118
	174.188.802	150.445.777

(a) Os valores correspondentes às vendas de gás natural junto à TERMOPERNAMBUCO são faturados mensalmente, com vencimento da parcela de Transporte até o 15º dia seguinte ao mês de consumo e as parcelas de Commodity e Remuneração COPERGÁS em 35 dias contados do primeiro dia do mês seguinte ao mês de consumo. Sua composição refere-se: (i) faturas vincendas (R\$ 65.189 mil); (ii) faturas vincendas (R\$ 57.342 mil).

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	104.340.382	89.151.432
Vencidos até 90 dias	3.966.499	4.487.960
Vencidos há mais de 90 dias (a)	66.828.043	57.752.507
	175.134.924	151.391.899

(a) Desse montante R\$ 57.342.118, refere-se a parte das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural pela COPERGÁS e repasse do custo equivalente à TERMOPERNAMBUCO, conforme descrito na Nota Explicativa 20 e R\$ 8.285.381 são faturas relacionadas a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), cuja causa está judicializada e com garantia de depósito judicial por parte da Petróleo Brasileiro S/A.

6 TRIBUTOS

6.1 Tributos a Recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Crédito Pis/Cofins (a)	33.355	34.651
Saldo negativo - IRPJ/CSLL (b)	6.261.779	16.518.934
ICMS (c)	2.887.282	4.045.101
	9.182.416	20.598.686

(a) Crédito de PIS/COFINS decorrente da amortização do Ativo Intangível e Retenções na fonte.

(b) Tanto o IRPJ como a CSLL apresentaram saldo negativo na apuração do Lucro Real de 2017 e 2016. Tais valores foram transferidos para o ativo circulante para compensações no exercício subsequente.

(c) Saldo composto principalmente do crédito sobre aquisição de bens permanentes.

6.2 Tributos a Pagar

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a recolher - Regime normal	5.783.705	8.078.065
ICMS a recolher - Diferencial de alíquota	58.542	40.342
PIS/COFINS a recolher	1.478.728	1.383.165
IRRF - Folha de pagamento	217.282	169.279
INSS - Folha de pagamento	497.391	444.026
INSS retido na Fonte	154.432	87.753
ISS retido na fonte	121.507	121.563
ISS a recolher	765.291	94.842
Outros	179.697	239.465
	9.256.575	10.658.500

6.3 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

(i) Subvenções governamentais - Em 29 de dezembro de 2014, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo 0220/2014, que concedeu à Copergás o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 1.943.100.000 m³/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 1º de janeiro de 2014, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações.

De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2012, a Copergás protocolou junto a Receita Federal do Brasil - RFB o Pedido de Reconhecimento de direito à re-

dução do IRPJ. Através do Ato Declaratório Executivo DRF/REC Nº 62 (publicado no D.O.U. de 28/04/2015) a RFB declarou reconhecido o direito da Copergás de usufruir do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração.

Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda.

Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de incentivos fiscais (Reserva de Lucros), para posterior integralização ao Capital Social da Companhia. **(ii) Imposto de renda e contribuição social** - A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	103.579.201	103.579.201	82.840.531	82.840.531
Contribuição social	-	-	-	-
Adições e exclusões Permanentes:				
Brindes e patrocínios	584.244	584.244	488.879	488.879
Provisões não dedutíveis	882.711	882.711	229.966	229.966
Reversões de provisões	(1.000)	(1.000)	(8.000)	(8.000)
Juros sobre Capital Próprio	(16.437.032)	(16.437.032)	(16.581.218)	(16.581.218)
Total	88.608.124	88.608.124	66.970.158	66.970.158
	25%	9%	25%	9%

Alíquota nominal do imposto de renda (1) e contribuição social Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação (22.128.031) (7.974.731) (16.718.540) (6.027.314)

Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:

(-) Incentivo PAT/Lei Rouanet	856.094	-	712.254	-
(+/-) Outros	(7.376)	(2.658)	(11.135)	(4.009)

Imposto de renda e contribuição social correntes

(-) Incentivo Fiscal SUDENE	13.899.250	-	10.183.079	-
-----------------------------	------------	---	------------	---

Imposto de renda e contribuição social

	(7.380.063)	(7.977.389)	(5.834.342)	(6.031.323)
--	-------------	-------------	-------------	-------------

(1) Está alíquota já considera o adicional de Imposto de Renda sobre o lucro excedente a R\$ 240mil/ano.

7 DÉBITOS E CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDAS E COMPRA DE GÁS - Débitos nas operações de compra e venda de gás:

Os débitos referem-se ao recebimento de valores faturados a título de Take or Pay (ToP) previsto no contrato de venda de gás natural, firmado entre a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS e seus clientes do mercado não termoeletrico, podendo ser recuperado pelo cliente, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2017 o montante a ser recuperado pelos clientes monta em R\$ 35.105.396 (2016 - R\$ 26.416.761). **Créditos nas operações de compra e venda de gás:** O montante de R\$ 32.885.730 (2016 - R\$ 29.127.551) refere-se ao pagamento antecipado à Petrobras referente a quantidade de gás paga e não retirada, conforme Contrato firme flexível, datado de 01 de março de 2009 e aditivos, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras. Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente consumida durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade paga e não consumida poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato. Para o contrato de compra e venda de gás para a Termopernambuco, o prazo de recuperação e pagamento das quantidades pagas e não retiradas se dá até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada de um determinado ano.

Após o término do contrato, incluída as hipóteses de prorrogação, excetuada a hipótese de rescisão provocada pela TERMOPERNAMBUCO, os saldos de quantidades pagas e não retiradas serão recuperados: - Até o limite da QDC ou aquele que venha a ser acordado entre a Copergás, Termopernambuco e a Intervenção; - No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias seguintes ao do término do contrato.

Movimentação dos Créditos nas operações de compra e venda de gás:

	Em R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	29.127.551
(+) Adições	4.663.575
(-) Compensações	935.396
Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.855.730

A previsão para recuperação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro a seguir.

	Em R\$
Previsão de compensação em 2018	5.890.710
Previsão de compensação em 2019	9.487.040
Previsão de compensação em 2020	14.175.775
Previsão de compensação em 2021	3.302.205
Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.855.730

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Processos trabalhistas	238.386	238.386
Processo nº. 2004.83.00.006156 - 0	(a)	322.961
Processo nº. 19647.002358/2003-51-G	(a)	621.285
Processo nº. 2004.83.00.018397-5	(b)	681.337
Processo nº. 10480.012750/2002-01	(a)	6.929.976
Processo nº. 03782412420118190001	(c)	2.146.957
Outros	830.734	778.699
	11.771.636	11.210.586

(a) Refere-se a processo de reconhecimento da isenção do IRPJ; (b) Refere-se a processo de abstenção de cobrança da faixa de domínio federal cobrada pelo DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; (c) Refere-se a processo de cumprimento de sentença arbitral (TERMOPERNAMBUCO).

Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	11.210.586	14.167.279
Adições	561.050	969.798
Baixas	-	(3.926.491)
Saldo no final de exercício	11.771.636	11.210.586

9 INTANGÍVEL

A amortização foi calculada com base no prazo dos ativos formados em conformidade com o contrato de concessão (10 anos) e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

Portanto, 10 anos é, no entendimento da Administração, o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos seus ativos intangíveis, e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação vai ao encontro das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no tocante aos itens 98, 98A e 98B do CPC 04 R1, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, por que: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre

a receita e os custos da atividade.

Nos quadros a seguir apresenta-se a movimentação do intangível no exercício.

COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL						
	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	1.018.982	-	1.018.982	1.018.982	-	1.018.982
Edificações	162.868	(40.952)	121.916	115.368	(31.564)	83.804
Benf. em imóveis de terceiros	5.410.552	(4.609.218)	801.334	5.395.572	(4.486.793)	908.779
Instalações	374.426.223	(228.440.390)	145.985.833	371.448.592	(195.932.651)	175.515.941
Móveis e utensílios	1.722.536	(1.173.859)	548.677	1.722.536	(1.072.727)	649.809
Máquinas e equipamentos	4.394.122	(2.218.465)	2.175.657	3.901.807	(1.604.320)	2.297.487
Equipamentos de informática	9.862.048	(4.934.793)	4.927.255	8.694.969	(4.156.269)	4.538.700
Obras em andamento	32.617.389	-	32.617.389	14.789.726	-	14.789.726
Participação financeira	11.269.457	(1.677.324)	9.592.133	10.040.000	(83.667)	9.956.333
	440.884.177	(243.095.001)	197.789.176	417.127.552	(207.367.991)	209.759.561

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL						
	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo
						final em 31/12/2017
Terrenos	-	1.018.982	-	-	-	1.018.982
Edificações	10	115.368	47.500	-	-	162.868
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.395.572	14.980	-	-	5.410.552
Instalações	10	371.448.592	3.632.411	(654.780)	-	374.426.223
Móveis e utensílios	10	1.722.536	-	-	-	1.722.536
Máquinas e equipamentos	10	3.901.807	492.315	-	-	4.394.122
Equipamentos de informática	10	8.694.969	1.176.201	-	(9.121)	9.862.049
Obras em andamento	10	14.789.726	18.474.361	(574.677)	(72.022)	32.617.388
Participação financeira	10	10.040.000	-	1.229.457	-	11.269.457
Subtotal		417.127.552	23.837.768		(81.143)	440.884.177
(-) Amortização acumulada		(207.367.991)	(35.727.010)			(243.095.001)
Total do intangível		209.759.561	(11.889.242)		(81.143)	197.789.176

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL						
	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo
						final em 31/12/2016
Terrenos	-	890.982	128.000	-	-	1.018.982
Edificações	10	29.968	85.400	-	-	115.368
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.347.522	48.050	-	-	5.395.572
Instalações	10	286.767.220	5.232.366	79.449.006	-	371.448.592
Móveis e utensílios	10	1.712.465	10.071	-	-	1.722.536
Máquinas e equipamentos	10	3.818.554	83.253	-	-	3.901.807
Equipamentos de informática	10	7.504.818	371.111	819.040	-	8.694.969
Obras em andamento	10	73.315.728	32.287.117	(90.308.046)	(505.073)	14.789.726
Participação financeira	10	-	-	10.040.000	-	10.040.000
Subtotal		379.387.257	38.245.368		(505.073)	417.127.552
(-) Amortização acumulada		(179.464.260)	(27.903.731)			(207.367.991)
Total do intangível		199.922.997	10.341.637		(505.073)	209.759.561

Do valor total de amortização calculada no exercício de 2017 de R\$ 35.727.010 (2016 - R\$ 7.903.731), apenas R\$ 33.582.077 (2016 - R\$ 27.539.011) foram contabilizados no resultado do exercício. A diferença de R\$ 551.275 (2016 - R\$ 364.720) refere-se a créditos de PIS/COFINS calculados sobre a amortização e R\$ 1.593.657 (não houve registro em 2016) refere-se a amortização da Participação Financeira que é contabilizada em conta redutora no Passivo Não Circulante.

10 FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Supridor de Gás	147.003.683	152.525.222
Fornecedores diversos	2.670.438	3.079.596
Total de Fornecedores	149.674.121	155.604.818
Circulante	92.004.815	97.935.512
Não Circulante (a)	57.669.306	57.669.306
	149.674.121	155.604.818

(a) Faturas vencidas junto ao supridor, decorrentes das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural, conforme mencionado na Nota 20. **11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 11.1 Capital Social** O capital social é composto de 112.973.710 (2016 - 105.424.551) ações sem valor nominal, sendo 37.657.904 (2016 - 35.141.517) ações ordinárias, e 75.315.806 (2016 - 70.283.034) ações preferenciais, todas de classe única. O valor total do Capital Social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 152.391.670 (2016 - R\$ 142.208.609). O capital autorizado é de 300.000.000 de ações. As ações preferenciais são nominativas não resgatáveis, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. **11.2 Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. A proposta de distribuição do lucro líquido relativo ao exercício de 2017, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 88.206.135 (2016 - R\$ 70.974.867), pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	88.221.748	70.974.867
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(2.093.505)	(3.548.744)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(13.899.250)	(10.183.079)
Lucro líquido ajustado para a determinação do dividendo	72.228.993	57.243.044
Distribuição proposta, equivalente a 100% do Lucro Líquido ajustado - R\$ 0,78 por ação (100% em 2016, R\$ 0,67 por ação), composta de:		
Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro básico)	18.057.248	14.310.761
Juros sobre o capital próprio	16.437.032	16.581.218
Dividendos mínimos obrigatórios	3.666.627	-
Dividendos adicionais propostos	52.125.335	40.661.826
Total Proposto	72.228.994	57.243.044
Os Juros sobre Capital Próprio de R\$ 16.437.032 (2016 - R\$ 16.581.218) foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de Imposto de Renda R\$ 14.390.621 (2016 - R\$ 14.516.857) distribuídos de acordo com a participação societária de cada acionista. Tais Juros estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte ao percentual de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:		
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício atribuído aos acionistas da Companhia	88.221.749	70.974.867
Total de ações ordinárias e preferenciais	112.973.710	105.424.551
Lucro por ação	0,78	0,67

12 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - (i) Operações com pessoal-chave da Administração Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a remuneração total, (salários e participação nos lucros) dos conselheiros e diretores da Companhia foi de R\$ 2.192.595 e R\$ 2.128.242, respectivamente. **(ii) Transações com partes relacionadas**

	31/12/2017	31/12/2016
--	------------	------------

Cientes (a) 15.305.810 1.896.853
Fornecedores (b) 147.003.683 152.525.222
Compra de gás natural 793.576.073 758.831.394
(a) Refere-se a cobrança a Tarifa de Utilização do Sistema de Distribuição de gás - TUSD.
(b) Esses valores referem-se aos débitos existentes com a PETROBRAS, relacionados ao fornecimento de gás natural, inclusive os débitos existentes relacionados a controvérsia destacada na Nota 20. A COPERGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS mantêm contratos de fornecimento de Gás Natural, celebrados em 01/03/2009, sendo um na modalidade Firme Inflexível e outro na modalidade Interruptível. Em 30 de abril de 2015, a Companhia firmou o aditivo nº 5 ao contrato Firme Inflexível, visando prorrogar o prazo de vigência de 31/12/2016 para 31/12/2021, conforme abaixo:

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/dia)
De 01/01/2016 a 31/12/2021	1.500.000

Posteriormente, conforme dispositivo contratual, a COPERGÁS solicitou à PETROBRAS a postergação, de 01/01/2016 para 01/07/2016, do aumento da QDC de 1.400.000 m³/dia para 1.500.000 m³/dia. Em relação ao suprimento de gás natural para fornecimento à cliente termoeletrônica, que possui contrato exclusivo e independente dos demais clientes, relacionado com o fornecimento de gás à TERMOPERNAMBUCO S.A., no qual consta a PETROBRAS como interveniente, existe compromisso de compra de quantidades de gás natural em relação a quantidade diária contratada até o ano de 2024 de 2.150.000 m³/dia. A partir de maio de 2004 até o último ano da vigência do contrato, tanto a Companhia como a TERMOPERNAMBUCO S.A. estão sujeitas às seguintes penalidades contratuais: I. **Em relação à commodity:** Caso o volume de compra seja inferior a 70% (setenta por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de Gás por falha no fornecimento, paradas programadas ou por caso fortuito ou força maior. II. **Em relação ao transporte:** Caso o volume de compra seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de gás por falha no fornecimento ou por caso fortuito ou força maior. As referidas penalidades contratuais são determinadas com base na multiplicação da insuficiência apurada no volume de compra pelo valor da parcela relativa à commodity e/ou transporte constante do preço do gás vigente no último mês do ano de fornecimento a que se refere, com PIS/COFINS e exclusivo os tributos incidentes sobre sua comercialização. Os valores das penalidades deverão ser pagos pela Companhia e TERMOPERNAMBUCO S.A. no mesmo prazo e segundo as mesmas regras e demais condições para pagamento de faturas de gás relativas ao período de faturamento. As transações mercantis com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, empresa ligada, estão sendo realizadas de acordo com os preços estabelecidos nos referidos contratos celebrados. Todos os contratos descritos acima estão ativos e regulares, sendo que em 2016 e 2017 não há penalidades ou qualquer cláusula não cumprida satisfatoriamente.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - A Companhia recebeu, em 12/09/2016, o repasse no valor total de R\$ 19.465.270 do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB pela linha FNE/PROINRA, visando financiar projetos para a construção e montagem de Rede de Distribuição de Gás Natural em aço-carbono, para os Ramais Norte e Glória de Goiás. O montante está amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com a primeira em 02/10/2016 e a última em 02/09/2020, com taxa de juros prefixada em 11,18% ao ano, com um bônus de adimplência de 15%. A fiança garantidora do financiamento foi emitida pelo Banco Bradesco S/A, com cobertura sobre o total do contrato do BNB, remunerada à taxa de 3% ao ano sobre o saldo devedor da operação.

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	4.866.317	4.866.317
Não Circulante	8.516.055	13.382.373
	13.382.372	18.248.690

	31/12/2017	31/12/2016
Cronograma de vencimentos		
Parcelas a vencer em 2017	-	4.866.318
Parcelas a vencer em 2018	4.866.317	4.866.317
Parcelas a vencer em 2019	4.866.317	4.866.317
Parcelas a vencer em 2020	3.649.738	3.649.738
	13.382.372	18.248.690

Os juros registrados e pagos no período foram de R\$ 1.728.637 (2016 - R\$ 455.160), contabilizados como despesa financeira, de acordo com o descrito nas políticas contábeis. **Cláusula Contratual Restritiva (covenant)** A cláusula vigésima quinta, que trata do vencimento antecipado, assegura ao Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB antecipar o vencimento de todos os instrumentos de crédito celebrados com a COPERGÁS, exigindo o imediato pagamento das dívidas vencidas e vincendas. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia encontra-se adimplente com esta cláusula contratual. **14 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DE CLIENTES** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia registrava os seguintes valores:

	31/12/2017	31/12/2016
--	------------	------------

	10.040.000	10.040.000
Acumuladores Moura S/A (a)	10.040.000	10.040.000
Outros	1.291.457	1.291.457
Amortização de Participação Financeira (b)	(1.677.323)	(83.666)
	9.654.134	11.247.791

Refere-se à parcela do investimento na Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN realizada pelos consumidores que exceder o limite de viabilidade econômica da concessão, calculado conforme as regras definidas no Contrato de Concessão. (a) Participação financeira está diretamente vinculada a construção do gasoduto Caruaru - Belo Jardim, que possui uma extensão aproximada de 53Km, cuja obra foi concluída no decorrer de 2016, conforme aprovado pela Agência Reguladora. (b) Amortização calculada à taxa de 10% a.a. em conformidade com o Contrato de Concessão.

15 RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas e serviços		
Vendas - Segmento Termoeletrico	522.344.630	473.098.320
Vendas - Segmento Industrial	628.522.289	562.147.908
Vendas - Segmento Veicular	94.500.830	76.805.619
Serviços - Segmento Autoprodutor	14.322.781	14.838.760
Outras vendas (a)	15.605.844	12.495.228
Deduções da Receita Bruta	(83.335.402)	(6.532.060)
	1.191.960.972	1.132.853.775
Tributos sobre as vendas e serviços	(236.442.224)	(232.251.103)
	955.518.748	900.602.672

O crescimento de R\$ 55 milhões decorreu principalmente do aumento no volume de vendas no mercado não termoeletrico e também do reajuste da tarifa média de vendas decorrente da variação no preço da commodity para todos os segmentos. A tarifa de serviços (TUSD) não foi reajustada durante o exercício.

16 CUSTOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS

	31/12/2017	31/12/2016
Commodity segmento termoeletrico	(357.328.155)	(382.925.939)
Commodity segmento industrial	(346.916.776)	(304.290.851)
Commodity segmento veicular	(59.536.188)	(47.345.855)
Custos com materiais e serviços	(39.262.675)	(33.919.018)
Outros	(8.735.164)	(5.462.587)
	(811.778.958)	(773.944.250)

17 DESPESAS OPERACIONAIS

17.1 Despesas Comerciais		
	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(5.659.035)	(4.810.209)
Conversão de clientes	(4.496.574)	(3.570.561)
Captação de clientes	(745.598)	(354.867)
Outras	(605.445)	(630.488)
	(11.506.652)	(9.366.125)
17.2 Despesas gerais e administrativas		
	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(15.975.039)	(13.785.522)
Tributárias	(4.642.104)	(13.002.038)
Serviços Pessoa Jurídica	(4.202.233)	(4.299.744)
Aluguéis	(1.781.361)	(1.718.205)
Participações nos lucros e resultados	(1.965.067)	(1.913.898)
Administrativas	(8.137.770)	(5.748.623)
	(36.703.574)	(40.468.030)

17.3 Outras receitas (despesas) operacionais

De acordo com o contrato celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS, tendo como interveniente a TERMOPERNAMBUCO S/A, caso haja falha no fornecimento de gás natural à Usina Térmica (TERMOPERNAMBUCO), por responsabilidade da PETROBRAS, esta pagará à COPERGÁS o valor equivalente a multiplicação da quantidade faltante pela remuneração da COPERGÁS. Não foi registrada receita por falha de fornecimento de gás natural nos exercícios de 2017 e 2016. Também integram este item a Receita de Ship or Pay com a TERMOPERNAMBUCO no valor de R\$ 20.741.077 (2016 - R\$ 16.477.547), sendo que neste caso existe contrapartida em Outras Despesas Operacionais em montante equivalente, para pagamento à Petrosbras, sendo um dos principais valores contemplados no item de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de TOP / SOP Termoeletrico (a)	24.425.746	20.543.038
Receita de falha de programação Termoeletrico	540.626	661.540
Penalidade de programação Não Termoeletrico	1.144.032	2.686.834
Outras receitas operacionais	5.374.773	219.721
Total de receitas operacionais	31.465.177	24.111.133
Custo de TOP / SOP Termoeletrico	(24.622.431)	(20.543.038)
Custo de falha de programação Termoeletrico	(436.400)	(411.709)
Custo de TOP Não Termoeletrico	(4.409.091)	(5.088.379)
Outros custos	(223.018)	(178.780)
Total de despesas operacionais	(29.690.940)	(26.221.906)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	1.794.237	(2.110.773)

(a) A companhia possui contrato de compra e venda de gás natural junto a Termopernambuco S/A, na qual a Termopernambuco S/A está obrigada a uma retirada mínima de gás estipulada contratualmente. Quando a Termopernambuco S/A não alcança o compromisso mínimo de retirada de gás, a mesma incorre

manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber de clientes e outros recebíveis** - A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa 15. A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela Companhia. A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com cada segmento comercial. A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber de clientes'. Em 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes está conforme apresentada na nota explicativa nº 5. A Administração acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes. **Caixa e equivalentes de caixa** - A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 70.278.661 em 31 de dezembro de 2017 (2016: R\$ 77.417.407). O risco associado ao saldo de 'Caixa e equivalentes de caixa' é minimizado através da seleção de instituições financeiras bem conceituadas. **(iii) Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 30 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. **(iv) Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros** - A companhia entende que a exposição de risco de taxas de juros relativo aos passivos financeiros está limitada ao empréstimo firmado junto ao BNB, que se encontra em fase de amortização, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste - FNE, e tem taxas pré-fixadas. Com relação aos ativos financeiros, as aplicações realizadas atendem aos critérios definidos em Política de Aplicação Financeiras aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece requisitos para escolha de instituições financeiras, seleção de modalidades de aplicação e concentração de recursos. **Análise de Sensibilidade** - Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros a qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2017, em complemento ao disposto no Item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foram definidos cinco cenários diferentes e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no Relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e IGP-M, o indexador TJLP foi extraído do site oficial do BNDES, o indexador CDI extraído do site oficial da CETIP, e o indexador WTIPIUUS - West Texas Intermediate Spot Average foi extraído da variação da cotação barril petróleo de referência da região do golfo do México, publicada pela Agência de Energia dos Estados Unidos (EIA - Energy Information Administration) para o ano de 2018 e estes foram definidos como o cenário provável, e a partir desse foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente. Indexadores dos ativos e passivos financeiros:

	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%		
Indexador							
CDI	3,45%	5,18%	6,90%	8,63%	10,35%		
IPCA	1,39%	2,09%	2,78%	3,48%	4,17%		
TJLP	3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%		
IGP-M	2,26%	3,38%	4,51%	5,64%	6,77%		
WTIPUUS	0,11%	0,16%	0,21%	0,26%	0,32%		
		Saldo em 31/12/2017	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Disponibilidades e aplicações financeiras							
Caixa e equivalentes de Caixa	N/A	9.165.716	-	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	100% CDI	61.395.697	2.118.152	3.177.227	4.236.303	5.295.379	6.354.455
Clientes	IGP-M	113.925.944	2.569.030	3.853.545	5.138.060	6.422.575	7.707.090
Take or Pay com supridora	WTIPUUS	47.271.796	49.635	74.453	99.271	124.088	148.906
		4.736.817	7.105.225	9.473.634	11.842.042	14.210.451	16.587.547
Empréstimos	TJLP	4.866.317	170.321	255.482	340.642	425.803	510.963
Fornecedores	IPCA	164.090.187	2.280.854	3.421.280	4.561.707	5.702.134	6.842.561
Take or Pay com clientes	WTIPUUS	35.105.396	36.861	55.291	73.721	92.152	110.582
		2.488.035	3.732.053	4.976.071	6.220.088	7.464.106	8.708.214

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. A Companhia não incluiu informações adicionais sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

19 COBERTURA DE SEGUROS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo intangível no montante de R\$ 477.734.453, bem como seguros de responsabilidade civil para as operações no montante de R\$ 5.000.000, por valores considerados suficientes para administração para cobrir eventuais perdas.

20 PROCESSOS JUDICIAIS - A Companhia possui ações judiciais, nas quais figura no polo passivo, e que segundo seus consultores jurídicos contratados, elas apresentam risco de perda possível, pelo que não se encontram provisionados. A ação que se destaca é a Ação Ordinária de Rescisão Antecipada do Contrato Administrativo DTC 001/05, cumulada com Indenização por Perdas e Danos, movida pela GDK S.A., que pleiteia a rescisão indireta do referido Contrato e indenização por prejuízos estimados em R\$ 85 milhões. Em março de 2010, foi proferida sentença que acolheu parcialmente o pedido autor de rescisão indireta do contrato, determinando que seus efeitos jurídicos retroagissem até janeiro de 2008, além de condenar a Companhia a reparar a GDK S.A. por todos os prejuízos suportados. Em abril de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração contra a sentença, os quais foram rejeitados. Tanto a Companhia como a GDK S.A. interpuseram apelações contra a sentença. Em novembro de 2010, foi publicada decisão monocrática por meio da qual o Desembargador Relator da Apelação intimou a COPERGÁS para se manifestar acerca do pedido de habilitação do Estado de Pernambuco como seu assistente de defesa nos autos. A COPERGÁS manifestou-se favoravelmente ao ingresso do Estado de Per-

nambuco como assistente de defesa, o qual foi acolhido pelo Desembargador Relator do processo. Em julho de 2014 foi proferida decisão de 2ª instância em que as apelações foram julgadas, tendo sido anulada a sentença de mérito de 1ª instância, para que a instrução processual fosse reaberta para oportunizar as partes a produção de provas, e consequentemente, a realização de novo julgamento. Tanto Copergás como GDK apresentaram embargos de declaração, e em seguida, COPERGÁS e GDK S.A. apresentaram recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 26 de outubro de 2015, o Recurso Especial da COPERGÁS foi inadmitido. Em 16 de novembro de 2015, a COPERGÁS inter pôs Agravo contra a decisão que admitiu o seu Recurso Especial. Em 12 de janeiro de 2016, a GDK foi intimada a apresentar contrarrazões ao Agravo da COPERGÁS. Em 5 de outubro de 2016, os autos do Recurso Especial da GDK foram distribuídos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob o nº REsp 1.631.180, com relatoria do Ministro Moura Ribeiro da 3ª Turma. Em 14 de outubro de 2016, o Ministro Relator determinou a remessa dos autos ao Ministro Gurgel de Faria para verificar a prevenção com o AResp nº 822263/PE. Em 14 de dezembro de 2016, o Ministro Relator Gurgel de Faria reconheceu a prevenção, determinando-se a redistribuição para sua relatoria.

Movimentações do processo:

- Em 11.01.2017 o Resp1.631.180 PE (2016/0265424-4) foi Redistribuído por dependência ao Ministro GURGEL DE FARIA - PRIMEIRA TURMA. Processo preventivo: AResp 822263 (2015/0305668-5). - Em 07.04.2017 foi publicada decisão monocrática, proferida pelo Ministro Relator que não conheceu os Recursos Especiais da GDK e da COPERGÁS. - Em 25.04.2017 a GDK inter pôs Agravo Interno contra a decisão monocrática, tendo sido publicado despacho intimando a COPERGÁS a apresentar impugnação em 04.05.2017, o que foi feito em 24.05.2017. - Em 27.06.2017 - A Primeira Turma do STJ negou provimento, por unanimidade, ao Agravo Regimental da GDK. - Em 11.09.2017 - Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco foram intimados eletronicamente sobre o acórdão que negou provimento ao Agravo Regimental da GDK. - Em 26.09.2017, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão. Na mesma data, os autos foram remetidos ao TJPE.

O valor atualizado da causa em 31 de dezembro de 2017, segundo os consultores jurídicos, está estimado em um montante de cerca de R\$ 218 milhões e consideram a probabilidade de perda possível. **CONTROVÉRSIA NO CONTRATO DE FORNECIMENTO PARA A TERMOPERNAMBUCO**

Em setembro de 2010 a TERMOPERNAMBUCO S.A. ingressou com pedido de arbitragem perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) na cidade do Rio de Janeiro, processo arbitral autuado sob o n. 2010.00865. O ingresso se deu contra a COPERGÁS, cujo pedido foi pela solução de controvérsia da improcedência de repasse do ICMS interestadual no custo de aquisição do gás natural vendido pela COPERGÁS àquela usina termelétrica. A COPERGÁS sustentou que em razão da Lei que isentava o ICMS nas saídas internas de gás canalizado para as usinas termelétricas no Estado de Pernambuco, o ICMS interestadual deixou de ser não cumulativo para figurar como cumulativo, sendo possível repassá-lo ao custo do gás. O Tribunal Arbitral proferiu sentença final em 15 de junho de 2011, julgando-se procedente o pedido feito pela TERMOPERNAMBUCO para que cessasse o repasse do ICMS interestadual ao custo de aquisição do gás natural pela COPERGÁS. Em 22 de agosto de 2011 a COPERGÁS ingressou com ação anulatória de sentença arbitral que tramita na 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, autuada sob o número 0298605-09.2011.8.19.0001. A sentença judicial de 1ª instância foi publicada em 09.01.2013, extinguindo o processo com julgamento do mérito, declarando-se a decadência do Direito de ação da Copergás. A Copergás inter pôs apelação cível em 14 de fevereiro de 2013, tendo sido provido o recurso à unanimidade, em abril de 2014, pela 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desconstituindo e anulando a sentença arbitral e o processo de arbitragem para o seu início, para que a Petrobras seja parte no processo. A TERMOPERNAMBUCO apresentou recurso especial (Resp.) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo negado seguimento pelo TJ/RJ. Em Novembro/2014, a TERMOPERNAMBUCO apresentou Agravo de Instrumento para que o (STJ) apreciasse a decisão do (TJ/RJ). Agravo este distribuído sob o nº 655301/RJ. Em 02 de março de 2015 foi publicada decisão monocrática dando provimento ao agravo em recurso especial para apreciar o recurso especial interposto pela Termopernambuco. Em 13 de março de 2015 o recurso especial foi distribuído sob o nº 1519041/RJ. Em 01 de setembro de 2015 foi realizado o julgamento do recurso especial interposto pela Termopernambuco, sendo provido, por votação unânime, sendo publicado o acórdão em 11.09.2015. Em

constituir a controvérsia contabilmente no Passivo Circulante na rubrica de valores em controvérsia. Em contrapartida, como rubrica retificadora são registrados todos os pagamentos decorrentes dessa mesma controvérsia. Diante desse cenário, os advogados da Companhia avaliaram como possível o êxito da COPERGÁS no procedimento judicial que requer a anulação da sentença arbitral, motivo pelo qual, o montante a valores históricos, objeto da controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO e que se encontrava depositado na Conta de Custódia, até então contabilizado no Ativo Circulante como valores depositados em controvérsia, após ter sido restituído à TERMOPERNAMBUCO, foi reclassificado dentro do próprio Ativo Circulante, e posteriormente para o Ativo Não Circulante, para a rubrica de contas a receber de clientes. Demais disso, considerando que a decisão de anulação da sentença e do processo arbitral iniciado pela TERMOPERNAMBUCO, proferido pelo TJ/RJ não possuiu efeito suspensivo e ante a não existência de qualquer recurso dotado desse efeito que impedisse a produção imediata dos regulares efeitos jurídicos oriundos da decisão, a COPERGÁS retomou o processo de faturamento que era realizado até o início de 2011, passando a cobrar o ICMS interestadual à TERMOPERNAMBUCO como custo do gás, o que durou até 11 de maio de 2015 quando por meio da medida cautelar, Processo nº: 24.294/RJ, a TERMOPERNAMBUCO obteve o efeito suspensivo do julgado pelo TJRJ. Em 31 de dezembro de 2017 o balanço dos valores totais envolvidos em controvérsia era de R\$ 192 milhões, como apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO (a)	32.443.744	32.443.744
Controvérsia declarada pela COPERGÁS (b)	134.388.429	134.388.429
Valores faturados e não pagos pela TERMOPERNAMBUCO (c)	25.176.673	25.176.673
Valores totais em discussão	192.008.846	192.008.846
Valores Pagos em controvérsia	(134.339.540)	(134.339.540)
Saldo	57.669.306	57.669.306
Circulante	-	-
Não Circulante	57.669.306	57.669.306
	57.669.306	57.669.306

(a) Controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO dentre dez/2007 e ago/2011;
(b) Controvérsia declarada pela COPERGÁS dentre set/2011 a set/2014 e mai/2015 a mar/2016;
(c) Valores faturados de out/2014 a abr/2015 não pagos pela TERMOPERNAMBUCO sem declaração de controvérsia.

Em 14 de dezembro de 2015 foi aprovada a Lei nº 15.674, que revogou a Lei estadual nº 12.556, de 7 de abril de 2004, revogando portanto a isenção do ICMS nas saídas internas de gás natural utilizado por usina termelétrica. Tal Lei produziu seus efeitos a partir de 1º de abril de 2016, pelo que cessou a isenção de ICMS no Estado para fins de fornecimento de gás às usinas termelétricas, passando a operação de venda de gás à Termopernambuco a ter a tributação normal pelo ICMS. Em 09.09.2013 a COPERGÁS foi notificada pela PETROBRAS S.A. sobre a instauração de arbitragem n. 2013.00890, que tramita perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). O objeto consiste na cobrança do valor do ICMS em razão da venda interestadual de gás. A PETROBRAS aditiu à inicial para incluir a TERMOPERNAMBUCO no polo passivo e acrescentar o pedido de reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, tendo em vista a defasagem do preço do gás. A TERMOPERNAMBUCO se manifestou pela sua exclusão da arbitragem, o que foi objeto de impugnação pela COPERGÁS e PETROBRAS. Em 17.06.2015 a COPERGÁS se manifestou sobre a petição inicial da PETROBRAS, explanando sobre os pontos de sua defesa. Em 18.09.2015 o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) nomeou os árbitros para comporem o tribunal arbitral, diante das divergências das partes. A arbitragem possui alegações Iniciais; Respostas das Partes; Réplicas das Partes; pareceres e contra pareceres técnicos, ainda se encontrando em fase de produção de provas. O Tribunal Arbitral decidiu: i) pela rejeição do pedido da Termopernambuco de exclusão da arbitragem; ii) pela inexistência de confusão com o objeto da decisão do procedimento arbitral anterior, não se inviabilizando, assim, a apresentação dos pedidos formulados pela Copergás; e, iii) Pela rejeição da alegação de falta de interesse de agir da Copergás quanto aos seus pedidos subsidiários.

A arbitragem se encontra em trâmite e na fase de produção de provas. Os valores atualizados das causas em 31 de dezembro de 2017, segundo os consultores jurídicos, estão estimados em montantes de R\$ 35.967.403,55 (ação anulatória de sentença arbitral que tramita na 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, autuada sob o número 0298605-09.2011.8.19.0001) e de R\$ 74.686.695,57 (Procedimento arbitral nº: 2013.00890) e consideram a probabilidade de perda possível.

21 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº. 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Resultados pelos empregados aprovada pelo Conselho de Administração, foi proposto o Programa de Participação nos Resultados - PPR para o exercício 2017, negociado nos termos do Inciso I do Art. 2º da referida Lei. Também para o exercício 2017 foi estabelecido o Programa de Participação nos Lucros - PPL, com base nas disposições contidas na Lei nº. 6.404/1976 e na Política de Participação nos Lucros pelos Diretores aprovada pelo Conselho de Administração. O valor provisionado para o exercício de 2017 a título de Participação nos Lucros aos Diretores e Participação nos Resultados aos empregados foi de R\$ 1.965.066,71, e está apresentado na rubrica de "Despesas Gerais e Administrativas" na demonstração do resultado consolidado.

22 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - A Companhia oferece desde 2010 aos empregados plano de previdência privada, na modalidade plano fechado de contribuição definida, em que a contribuição da empresa é paritária à contribuição do empregado até o limite de 6% do salário, conforme opção do empregado. O Plano GASPREV é um plano multipatrocinado administrado pela PETROS, totalmente desvinculado dos demais planos administrados pela mesma, não havendo solidariedade entre a COPERGÁS na qualidade de patrocinadora e os demais patrocinadores ou instituidores dos demais planos de previdência administrados pela PETROS. No decorrer de 2017 as contribuições totais ao plano somaram R\$ 1.140.390,09 dos quais R\$ 562.880,90 referem-se aos valores patrocinados pela COPERGÁS.

ROBERTO CARLOS MOREIRA FONTELLAS
Diretor Presidente

LUCIANO COUTO ROSA GUIMARÃES **JAILSON JOSÉ GALVÃO**
Diretor Administrativo-Financeiro Diretor Técnico-Comercial

ALEXANDRE CARLOS DE CARVALHO LISBÔA
Contador CRC-PE 016.912/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Conselheiros e Diretores da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS Recife/PE

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políti-

cas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva - Conforme mencionado nas Notas Explicativas 3d (ii) e 9, o balanço patrimonial da Companhia possui na rubrica de intangível o montante de R\$197.789 mil (R\$ 209.760 mil em 2016) e amortização registrada no resultado do exercício de R\$ 35.727 mil (R\$ 27.339 mil em 2016). A Companhia desde a adoção inicial da interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão manteve a amortização do saldo de ativo intangível utilizando a vida útil de 10 anos para todos os ativos, muito embora o prazo do contrato de concessão fosse de 50 anos e que as vidas úteis dos ativos pudessem ser diferentes de 10 anos. A Companhia não elaborou análise da vida útil dos ativos para determinar qual prazo a ser considerado para a amortização do intangível, ou seja, o menor entre o prazo de concessão e vida útil dos ativos. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustes em relação ao saldo de intangível em 31 de dezembro de 2016 e da amortização registrada no resultado do exercício, assim como nos demais elementos componentes das demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação

à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 7 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes **Eliardo Araújo Lopes Vieira**
CRC PE-000904/F-7 Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver tomado conhecimento e examinado as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2017 sendo de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e de gestão da COPERGÁS. Tal posição tomou como base o Relatório da KPMG Auditores Independentes de 07 de março de 2018.

Recife, 23 de março de 2018.

RENATO XAVIER THIÉBAUT
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

SILENO SOUSA GUEDES
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

DANIËLLE DE BELLI CLAUDINO
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

ÂNGELA MARIA AIMEIDA FERNANDES
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

BRUNO DO PRADO CASTILHO
Membro Efetivo do Conselho Fiscal